

RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

Prefeitura Municipal de Divino – MG
Prestação de Contas Anual
Exercício de 2016

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal art. 59 da Lei Complementar nº. 101 art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 102/2008 e em atendimento ao disposto no art. 92 da Instrução Normativa 03/2014 do TCE/MG), combinados com os artigos 75 a 80 da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, apresenta-se o **RELATORIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO**, parte integrante da prestação de contas referente ao **EXERCÍCIO DE 2016**, que tem como objetivo demonstrar a avaliação dos resultados quanto:

- avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- avaliação dos resultados quanto à eficiência e a eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- análise do cumprimento dos limites e condições para a realização de operações de crédito;
- análise da observância dos limites para inscrição das despesas em restos a pagar e dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal;
- avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como em ações e serviços públicos da saúde, nos termos dos dispositivos Constitucionais e da Lei Orgânica do Município;
- informações quanto a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- análise da observância do disposto no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo;
- avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário, especificando quando for o caso, as sindicâncias, inquéritos e processos Administrativos ou tornadas de contas especiais instaurados no período e os respectivos resultados, indicando números, causas, datas de instauração e data de comunicação ao Tribunal de Contas.

O Chefe de Controle Interno procedeu um acompanhamento e fiscalização no Processo de arrecadação de receitas, ordenamentos de despesas e demais atos e procedimentos administrativos praticados pela Prefeitura Municipal no período de janeiro a dezembro de 2015.

Os documentos analisados foram as ordens de compra, notas de empenho, notas fiscais, processos licitatórios, relatórios contábeis e outros.

1 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS.

1.1 - PLANO PLURIANUAL

As metas previstas no Plano Plurianual para o quadriênio 2013/2017 do Município de Divino foram estabelecidas na Lei Municipal nº1851/2013.



RECEITA E DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA

RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR R\$	VALOR FIXADA POR CATEGORIA	DESPESA VALOR R\$
Receitas Correntes	40.025.995,90	Despesas Correntes	29.414.617,85
Receitas de Capital	2.410.193,67	Despesas de Capital	3.762.218,14
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	1.415.650,98	Despesa Intra- Orçamentárias	- 2.426.802,84
Dedução do FUNDEB	-4.311.754,74		
Déficit	0,00	Superávit	3.936.446,98
TOTAL	39.540.085,81	TOTAL	39.540.085,81

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS		DISPÊNDIO	
ORÇAMENTÁRIOS	39.540.085,81	ORÇAMENTÁRIOS	35.603.638,83
Interferências Ativas	1.593.503,78	Interferências Passivas	1.498.226,49
EXTRA- ORÇAMENTÁRIOS	3.240.136,70	EXTRA- ORÇAMENTÁRIOS	6.405.479,39
DISPONÍVEL NO PERÍODO ANTERIOR	9.775.086,67	DISPONÍVEL PARA O PERÍODO SEGUINTE	10.641.468,25
TOTAL	54.148.812,96	TOTAL	54.148.812,96

4 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO PATRIMONIAL.

De forma resumida, o Patrimônio da Prefeitura no exercício de 2016 assim se apresentou:

4.1 – BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS		TÍTULOS	
FINANCEIRO	4.186.894,51	FINANCEIRO	-5.188.406,21
PERMANENTE	8.244.188,10	PERMANENTE	7.814.896,83
SOMA ATIVO	12.431.082,61	SOMA PASSIVO	2.626.490,62
		ATIVO REAL LÍQUIDO	9.804.591,99
TOTAL	12.431.082,61	TOTAL	12.431.082,61

4.2 - MOVIMENTAÇÃO PATRIMONIAL

Os saldos dos bancos conferem com os Extratos Bancários devidamente conciliados em 31/12/2016.

No "Caixa" consta um valor de R\$ 107.332,02 conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e Termo de Conferência de Caixa.



4.3 ALMOXARIFADO

Esta Prefeitura não mantém grande quantidade de bens no almoxarifado. Na medida que é feita a requisição o material já vai para a unidade de destino, apenas fica o registro para o controle do consumo de material.

4.4- DÍVIDA ATIVA

A dívida Ativa apurada em 31/12/2015 era de R\$1.065.861,45 (um milhão, sessenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos) e recebemos em 2016 o montante de 29.635,30 (vinte e nove mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta centavos).

No exercício de 2016, não houve a execução da cobrança administrativa-judicial.

5 - ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

Foram observados os limites estabelecidos para contratação de operação de crédito no exercício de 2016, conforme autorizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF.

6 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR.

O Resto a Pagar inscritos no exercício de 2016 foi de R\$518.363,31 (quinhentos e dezoito mil, trezentos e sessenta e três reais trinta e um centavos).

Quanto aos Restos a Pagar inscritos no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

7 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL.

DESPESA TOTAL COM PESSOAL

TÍTULOS	2016
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A)	33.559.165,52
GASTOS COM PESSOAL DO MUNICÍPIO (B)	16.381.326,37
PERCENTUAL APLICADO PELO MUNICÍPIO (B/A)	48,81%

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tornando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, O mês de referenda empenho da folha de pagamento.

O relatório de Gastos com Pessoal demonstra que o Poder Executivo ficou em 45,77% e obedeceu aos limites estabelecidos pela LRF.



8 - AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS ART. 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

BASE DE CÁLCULO RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	PERCENTUAL MÍNIMO OBRIGATÓRIO	VLR MÍNIMO OBRIGATÓRIO	PERCENTUAL APLICADO	VALOR APLICADO
24.116.071,52	25,00%	6.029.017,88	26,39%	6.363.614,34

O Município aplicou 26,39% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, atendendo o disposto no art. 212 da Constituição Federal.

9 - FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.

**DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS E SUA APLICAÇÃO
ARTIGO 60, § 5º DO ADCT.**

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2016
Base de Cálculo – Transferência do FUNDEB	4.873.011,41
Percentual Mínimo a ser Aplicado	60,00%
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.923.806,85
Valor Efetivamente Aplicado	3.609.317,28
Percentual Aplicado	74,07%

O Município aplicou 74,07% na valorização dos Profissionais da Educação, atendendo ao disposto no art. 60, § 5º do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

10 - AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS.

RECEITA VINCULADA À SAÚDE	22.981.434,49
PERCENTUAL MÍNIMO LEGAL	15,00%
VALOR MÍNIMO LEGAL	3.447.215,17
PERCENTUAL APLICADO	26,30%
VALOR EFETIVAMENTE APLICADO	6.044.285,36

O Município aplicou 26,30% nas ações e serviços públicos de saúde, com recursos próprios, no exercício de 2016, atendendo desta forma a Emenda Constitucional nº 29/00.

11 - INFORMAÇÕES QUANTO A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS		
HISTÓRICO	INGRESSO	APLICAÇÃO
SALDO ANTERIOR: 1.219,74	173.100,00	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS



		173.509,51
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE:	810,23	

12 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE AO REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO.

REPASSE DE RECURSOS PARA A CÂMARA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITA DA CÂMARA – EXERCÍCIO ATUAL	1.421.760,00
ARRECAÇÃO DO MUNICÍPIO (EXERCÍCIO ANTERIOR)	21.036.536,27
7% REPASSE MÁXIMO	1.472.557,54
VALOR REPASSADO	1.421.760,00
VALOR DEVOLVIDO PELA CÂMARA	53.263,78
VALOR EFETIVO TRANSF. P/ CÂMARA	1.368.496,22

Os repasses efetuados ao Poder Legislativo representaram 6,51% da Arrecadação do Município e portanto obedeceram o disposto na Emenda Constitucional 25/00.

O Poder Executivo atentou tanto para o limite máximo, quanto para o mínimo.

13 - AVALIAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GESTOR DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO.

No exercício de 2016, não houve nenhum dano ao erário que motivasse a instauração de Tomada de Contas Especial, sindicâncias, inquéritos e processos administrativos.

14 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS QUANDO DA RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA COM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA, SE HOUVER, COM INDICAÇÃO DO VALOR DO DÉBITO, DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A CORREÇÃO DA DÍVIDA, DO NÚMERO DE PARCELAS A SEREM AMORTIZADAS OU DE OUTRAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PACTUADAS.

Não houve procedimentos de renegociação e atualização de dívida junto ao Instituto de Previdência Municipal – UNIPREV, no decorrer do Exercício de 2016.

15 - REGISTROS DA DÍVIDA DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA FORAM CONCILIADOS COM AQUELES INSERIDOS NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DOS FUNDOS E INSTITUTOS PRÓPRIOS, ESPECIALMENTE NO QUE DIZ RESPEITO A RESTOS A PAGAR, DÍVIDA ATIVA, CONTRIBUIÇÕES A RECEBER E EMPRÉSTIMOS

Encontra-se devidamente demonstrado no Demonstrativo da Dívida Fundada Interna do Município no montante de R\$7.814.896,83, constante da PCA/2016.

16 - CONCLUSÃO

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificamos que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a



Instrução Normativa n.º 03/2014 e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

O Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2016.

Trabalhou-se de forma integrada junto ao controle interno das demais entidades do Município e acompanhou-se de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

Através dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que todas as recomendações/determinações expedidas por este sistema de controle interno foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Finalmente, procedeu-se aos exames do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2016, correspondente ao exercício e elaborados sob a responsabilidade da administração. Verificamos o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Comparativo do Balanço Patrimonial, Demonstração da Dívida Flutuante, Demonstração dos Devedores Diversos, Demonstração da Dívida Fundada, Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, Inventário Geral Analítico, Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB e sua Aplicação, Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, Demonstrativo das Receitas mensais para verificação dos limites estabelecidos pela EC 25/00 e demais demonstrações contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura e Câmara Municipal em 31 de dezembro de 2016 referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO/MG, 30 DE MARÇO DE 2017.

Responsável pelo Sistema de Controle Interno:



FLÁVIO SIQUEIRA DIAS
CONTROLADOR
CPF: 946.057.856-04